

Banqueiro crítica acordo feito com Fundo Monetário

O Vice-Presidente da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), Pedro Conde, criticou ontem, na Escola Superior de Guerra, a política econômica do Governo e as negociações com o Fundo Monetário Internacional, afirmando que não há condições de o País pagar sua dívida externa se a recessão continuar e o parque industrial brasileiro não for protegido.

— A interdependência exige sacrifícios de credores e devedores neste processo de ajuste — disse Pedro Conde. — Daí, a minha perplexidade quanto a esta negociação com o FMI. É preciso que os credores entendam que só seremos capazes de cumprir nossas obrigações externas se preservarmos internamente a estabilidade social e resguardarmos nosso parque industrial e, então, através de trabalho e da produção gerarmos excedentes exportáveis.

Pedro Conde explicou que “um processo isolado de recessão penosa não oferecerá nenhuma solução para o País e para os credores”. Ele destacou que a política recessiva imposta pelo FMI a vários países, de forma generalizada, gera o que os economistas denominam de “falácia da composição”, pois é impossível a todos os países aumentarem simultaneamente suas exportações e reduzirem suas importações.

Pedro Conde afirmou que a dívida brasileira cresceu exageradamente por erros de administração e por interesse dos banqueiros internacionais, que tinham muito dinheiro e precisavam aplicar. Acrescentou que não é o momento de se procurar culpados pelos erros, mas que é preciso dividir com os credores as responsabilidades pelo exagero da dívida e os ônus do ajuste da economia brasileira à crise.

— Deve-se esperar — disse — dos credores mais tempo para pagar a dívida, pois o comércio mundial não tem se expandido e houve dramática queda das relações de troca do nosso País. Devemos esperar também reversão do protecionismo e da política expansionista exercida pelos países ricos e menores taxas de juros. Neste processo não podemos aceitar somente os critérios que nos estão sendo impostos pelo Fundo Monetário Internacional, como ênfase nos controles de crédito interno, corte dos déficits públicos, mudança da política salarial e corte do subsídio do trigo etc.

JUROS

Pedro Conde disse também que os bancos não têm condições de cumprir a tabela de juros baixada pelo Governo, e indagou: — Como é possível emprestar dinheiro cobrando cinco por cento de juros quando o Governo paga dez por cento no open market e o overnight oferece nove por cento?

O Vice-Presidente da Fenaban propôs também a criação de um mercado futuro para as dívidas externas das empresas brasileiras, a fim de garantir o pagamento nos prazos. Segundo sua proposta, os contratos de empréstimos em dólares com os bancos seriam vendidos no mercado interno, cobrando-se um prêmio, e o Banco Central se comprometeria a fornecer os dólares na época do pagamento. Ele acredita que este mercado de câmbio a futuro diminuiria a pressão hoje existente no mercado de crédito por parte das empresas privadas que estão devendo em dólares.

CAUSA DA INFLAÇÃO

O ex-Ministro Gouvêa de Bulhões disse ontem em sua conferência na Escola Superior de Guerra que a causa da inflação brasileira foi basicamente o crescimento excessivo dos empréstimos do Banco do Brasil ao setor agrícola, a partir de 1978, com base em aumento fictício do volume de moeda e de renda. Segundo Gouvêa de Bulhões, o Governo emitiu moeda em excesso para atender ao seu ambicioso programa expansão da agricultura, aumentando exageradamente a base monetária e provocando uma inflação. Ele disse que vem denunciando este problema há vários meses e tem sido voto vencido no Conselho Monetário Nacional em todas as reuniões que ocorrem desde então.

— Em toda a reunião do Conselho Monetário Nacional aparecem tantos projetos da área de agricultura para serem aprovados que eu tenho a impressão de que sou membro de um banco rural. Assim não podemos controlar a expansão da moeda.

Pedro Conde, Gouvêa de Bulhões e o Presidente do Banco Central, Carlos Langoni fizeram as conferências na ESG ontem e participaram juntos de um debate fechado à imprensa.